

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A NOVA GEOGRAFIA: POR UMA GEOGRAFIA POPULAR NO ENCONTRO ENTRE MILTON SANTOS E BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS¹

EPISTEMOLOGIES OF SOUTH AND THE NEW GEOGRAPHY: BY A POPULAR GEOGRAPHY IN THE ENCOUNTER BETWEEN MILTON SANTOS AND BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Sebastião P. G. de Cerqueira-Neto²



RESUMO

Esta reflexão tem como escopo principal apresentar uma proposta que chamarei de Geografia Popular, que pode ser um caminho para contrapor e, porque não, estreitar ou desmanchar linhas abissais que fragmentam o território do Brasil a partir da sua divisão estadual que estabelece uma hierarquia o Norte e Sul do país. Para propor essa reflexão sob o olhar de uma geografia popular partir da percepção pessoal que adquiri ao longo dos meus estudos sobre a fragmentação do território nacional, através das

“implosões” de alguns estados; busquei na geografia nova de Milton Santos uma outra maneira de interpretar uma geografia que se aproximasse da dinâmica social; e, por último estabeleci um diálogo com as Epistemologias do Sul, teorizada e difundida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que privilegia as experiências dos saberes, das lutas sociais, culturais e ambientais para dar relevo para outros tipos de conhecimentos.

Palavras-chave: Geografia Popular; Território; Epistemologias do Sul.

¹ Fragmento de uma pesquisa desenvolvida no estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais – CES na Universidade de Coimbra.

² Pós-doutorando com bolsa CAPES. Professor do Instituto Federal da Bahia / Campus Porto Seguro. Doutor em Geografia. E-mail: cerqueiranetoces@gmail.com; cerqueiraneto.mg@gmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0707747014759987>.

ABSTRACT

This reflection has as main scope present a proposal that call people's Geography, which can be a way to counteract and, why not, tightening or abyssal lines break that fragment the territory of Brazil from its State Division that establishes a hierarchy the North and South of the country. To propose this reflection under the gaze of a popular geography from the personal perception acquired throughout my studies about the fragmentation of national territory, through the "implosions" of certain States; sought in the new geography of Milton Santos another way to interpret a geography that approached social dynamics; and lastly I have established a dialogue with the South Epistemologies, theorized and diffused by the sociologist Boaventura de Sousa Santos, which focuses on the experiences of knowledge, of the social, cultural and environmental struggles to give relief for other types of knowledge.

Keywords: Popular Geography; Territory; South Epistemologies.

INTRODUÇÃO

Quando se estuda sobre as transformações do território brasileiro a partir de sua política-administrativa percebe-se as cartografias abissais, originadas das geografias oficiais, foram o instrumento utilizado para implantar um modelo perverso de administrar o

território, desde a época das Capitânicas Hereditárias até a invenção dos atuais estados. Hoje o território brasileiro está dividido em vinte e seis estados e um distrito federal, com cinco grandes regiões, e amplamente fragmentado, não por sua divisão político-administrativa, mas pela concentração de investimento, pelas taxas e impostos que privilegiam poucos em detrimento de muitos, pela incapacidade histórica de governança para todos. São geografias que foram inventadas em nome de um modelo administrativo do território que não deu certo, pois gerou linhas abissais entre seu próprio povo; em contraponto àquela geografia vivida pelos índios antes da chegada dos colonizadores; uma geografia sem muros, sem cálculos matemáticos, sem hierarquia de um território sobre o outro.

O modelo administrativo adotado no país é, historicamente, concentrador, por conseguinte excludente, visto que os maiores investimentos estão na região Sudeste, mais especificamente no estado de São Paulo e mais pontualmente na cidade de São Paulo. Nos outros estados da federação, as capitais são os centros privilegiados, pois possuem o maior quantitativo populacional, são os centros do poder político, e porque não dizer do capital. Contraditoriamente, esta concentração não resultou em melhoria da condição humana nos grandes centros brasileiros, ao contrário os pobres estão em relevo sobrevivendo nas calçadas dos centros financeiros, nas periferias alijadas de serviços públicos básicos.

Este modelo administrativo, baseado em privilegiar quem é ou está no centro, tem provocado uma enorme

fragmentação da geografia brasileira, criando uma disputa interna entre os estados, afastando cada vez mais os brasileiros um dos outros, e conseqüentemente não reconhecendo no outro como parte de sua geografia. Concordando com Santos, B. (2002b, p. 23) “o desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação”. E a superação apresentada ao final dessa pesquisa poderá causar um grande desconforto tanto no meio acadêmico quanto no meio político; todavia, quem se dedica as Ciências Sociais e Humanas não deve furtar a oferecer uma contribuição, ainda que teórica, para pelo menos incomodar aqueles que têm dificuldades de sair do seu conforto. Para Milton Santos “o intelectual é para causar o desconforto” (RODA VIVA 1997). Por isso que não há como o intelectual se preocupar se vai construir seguidores ou não, visto que “a identificação do pensamento crítico com a sua sociedade é sempre plena de tensões” (SANTOS, B. 2002b, p. 25) e geralmente é fruto de uma posição solitária, independente de quem se dedica a pensar contra o que já está estabelecido.

A grosso modo, a geografia popular que proponho tem sua origem e inspiração em questões postas por estes dois pensadores, principalmente na relação entre sociedade e território, analisadas através de abstrações e metáforas, o que de certa forma causam desconforto a uma parte da academia. Todavia, são as abstrações e as metáforas como, a indignação, a injustiça, a religiosidade, a conscientização, os homens pobres, os lugares opacos, o lado invisível, linha abissal encontrados em Boaventura de Sousa Santos e em Milton Santos que possuem uma

enorme capacidade de provocar grandes transformações concretas no território quando afloradas pelo inconformismo intelectual, nos gritos dos excluídos ou na combinação de ambos.

GEOGRAFIA POPULAR: UMA CRÍTICA ALTERNATIVA

A geografia popular é inspirada em algumas questões postas por Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos, principalmente na relação entre sociedade e território, particularmente a “sociedade civil incivil que corresponde ao círculo exterior habitado pelos excluídos. Socialmente, são quase por completo invisíveis” (SANTOS, B. 2003 p. 23); uma relação analisada através de elementos considerados como abstratos e metáforas, que são comumente colocados em dúvida por boa parte da academia quando incorporados numa pesquisa científica, contudo, para Santos, M. (1991, p. 13-14) “se as formulações abstratas envolvem o risco de guiar os utilizadores por um caminho errado, suas fraquezas são mais depressa reparadas que as dos estudos ditos concretos, sob a condição de que o pesquisador seja capaz de adotar uma atitude crítica e de duvidar incessantemente das verdades estabelecidas”. São as abstrações e as metáforas como, a indignação, a injustiça, a religiosidade, a conscientização, os homens pobres, os lugares opacos, o lado invisível, linha abissal, encontrados em Boaventura de Sousa Santos e em Milton Santos, que possuem uma enorme capacidade de

provocar grandes transformações concretas no território quando afloradas pelo inconformismo intelectual, nos gritos dos excluídos ou na combinação de ambos; e isso significa colocar a ciência mais próxima da sociedade, e de acordo com Santos, B. (1989, p. 30)

Deve-se suspeitar de uma epistemologia que recusa a reflexão sobre as condições sociais de produção e distribuição (as consequências sociais) do conhecimento científico. Equivale a conceber a ciência como uma prática para si, e isso é o que menos corresponde, nos nossos dias, à prática científica.

Dentro da mesma linha de raciocínio, Santos, M. (1988, p. 07) analisando a perversão das ciências vai dizer que “quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade”; entretanto, não se pode servir a sociedade estando distante da sua realidade e tampouco negligenciando sua dinâmica. Portanto, a junção entre os dois intelectuais, algo que para alguns pode ser o óleo e a água num mesmo recipiente, é vista por mim como uma grande possibilidade de construção de uma crítica produtiva, isto é, uma crítica que sirva a academia, mas que também seja aplicável na dinâmica do território; daí minha opção por concentrar o arcabouço teórico em obras.

Para propor uma geografia popular senti a necessidade de desvincular-me de alguns caminhos teóricos que definem a

geografia enquanto ciência e o seu objeto de pesquisa; assim, não me serve a sua definição etimológica que a vê como uma ciência que se caracteriza por uma metodologia corográfica das paisagens da superfície terrestre, e tampouco a sua concepção de que seu objeto de estudo é o espaço, visto que o espaço é algo de uma amplitude de significados que não cabem apenas numa ciência. Também não concebo a geografia como a única ciência capaz de interpretar o mundo em que vivemos. Concordo com Santos, M. (2002, p. 30) quando diz que “a geografia se ocupa das relações entre a sociedade e o seu entorno, desde a comunidade humana e o planeta até a escala do lugar menor”, no entanto, outras ciências, como a sociologia, a antropologia, fazem estudos nesse sentido; isto é, promovem análises tendo o homem e a natureza em diferentes escalas. Tudo isso demonstra o quanto o objeto de estudo da geografia científica, sobretudo, sua ramificação humana, ainda não tem uma forma ou um foco; talvez isso explique um pouco sua tendência à fusão com outras áreas do conhecimento.

Optei por entender a geografia como sendo tudo que possa designar as formas, a morfologia dos lugares e das pessoas, que é natural ao planeta, com suas paisagens, e, principalmente, na diversidade e na dinâmica da vida; estas formas estão presentes numa paisagem, urbanizada ou não; a geografia enquanto significado de território, que tem suas formas esculpidas pela natureza e desenhado pelas técnicas da sociedade. Enfim, a geografia como sinônimo de abrigo, natural ou artificial, para todas as espécies. Parafraseando Santos, B. (2007) não se trata de “descredibilizar ciência” geográfica, mesmo porque

implicitamente Milton Santos sugere uma descientificação da geografia quando responde a um questionamento numa entrevista à Revista Veja, 1994, sobre onde a geografia teria se perdido; de acordo com ele o maior equívoco da geografia “foi o de querer ser ciência, em vez de ciência da arte. Ela abandonou a literatura, mudou sua forma de escrever e sucumbiu ao método de pensar científico”. Parece que o esforço para fazer da geografia uma ciência não logrou sucesso visto que a “falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico e interdisciplinar” (SANTOS, M. 2006, p. 28). Por outro lado, a geografia pode ser uma ciência se entendida como

Um conjunto de práticas que pressupõem um certo número de virtudes, tais como a imaginação e a criatividade, a disponibilidade para se submeter à crítica e ao teste público, o caráter cooperativo e comunitário da investigação científica, virtudes que, apesar de características do método científico, devem ser cultivadas no plano moral e político para que se concretize o projeto de democracia criativa (SANTOS, B. 1989, p. 25).

Acredito que, quem se lança a estudar território e sociedade, necessariamente deve estar preparado para renovar suas análises, seus métodos, ousar na criatividade, pois, caso contrário, corre o risco de realizar uma pesquisa destoada da dinâmica geográfica, conseqüentemente desinteressante para a sociedade, sobretudo, para aqueles que precisam ser colocados em relevo. Por isso, o que faço é olhar a geografia por outro prisma, como a totalidade do território; dessa forma

a fragmentação ou o esfacelamento do território, é, para mim, também a fragmentação da geografia.

Enquanto um conceito inicial, isto é, como ponto de partida para outras definições que poderão surgir, chamarei de geografia popular toda análise do território que se baseia em transgressões de cartografias oficiais realizadas por aqueles que vivem do outro lado invisível da linha dentro de uma opacidade, justificadas pelos diferentes motivos, sejam eles inter ou intra estaduais ou municipais. A fluidez dendrítica do povo pelo território em busca de saúde, terra, moradia, educação ignora os mapas e seus cálculos geodésicos estabelecendo uma tensão que põe me causa os arranjos que a cartografia oficial impõe a população através de

Linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo deste lado da linha e o universo do outro lado da linha. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, B. 2010, p. 32).

Ao utilizar esse conceito de linhas radicais de Boaventura de Sousa Santos, que tem o mesmo significado de linhas abissais, que por sua vez formam uma cartografia abissal, faço uma adaptação da sua concepção global que o autor emprega para analisar o panorama global e coloco sobre o território do Brasil para identificar algumas dessas linhas que explicitam a divisão norte e sul dentro do país. Logo, a geografia popular tem como objeto de estudo as linhas abissais que criam um panorama de desigualdade e exclusão

entre a população brasileira. Essa geografia propõe um desmanche de fronteiras internas, analisando o território brasileiro ignorando as fronteiras estaduais, que, em meu entendimento, são uma das principais linhas abissais do país; e isso só pode ser pensado e executado a partir daqueles que estão fora de uma zona de conforto.

A geografia popular não se aprisiona sua análise numa cartografia exata, rígida e desinteressada pela convivência entre homem e natureza ou entre homem e homem; ela se espelha na prática dos primeiros habitantes do Brasil, que não precisavam de um instrumento produzido por combinações entre meridianos e paralelos para viver em harmonia com seus pares, com etnias diferentes e com a natureza. Evidentemente que o Brasil ficou mais complexo, com outras variáveis, contudo, não deveríamos perder a capacidade de compreender que vivemos numa única massa de terra física e humana, isto é, a natureza. Concordo com Claval (2006, p. 135) que uma “abordagem humanista é indispensável para perceber as diferentes dinâmicas em curso nas sociedades que partilham a Terra”, pois penso que só assim será possível atingir o povo; visto que esse sequer compreende a função dos meridianos e coordenadas cartográficas na sua vida, pois isso é extremamente irrelevante para sua dinâmica no espaço. Por isso, a geografia popular reconhece os limites naturais ou imaginários dados por uma cultura, mas, não um mapa como a delimitação do espaço da vida.

Guardadas as necessidades administrativas que um país da dimensão territorial que o Brasil possui, a análise geográfica que proponho deseja resgatar um pouco do sentimento que o indígena

tem com a terra, o que no fundo significa o rompimento de algumas fronteiras internas, diminuindo o abismo entre o norte e o sul brasileiros. Todavia, não se trata da implantação de um pensamento anti-diferencialista para o país, haja vista que “num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas” (SANTOS, M. 2006, p. 25). A geografia popular reconhece a multiculturalidade do país; entretanto, entende que a construção de linhas abissais deve ser interrogada, pois se trata de uma arquitetura que expressa formas de exclusão e fragmentação cultural, social e econômica do território nacional. É esta geografia feita de forma natural, que contraria os princípios de uma geografia sustentada apenas em métodos cristalizados, que é a essência de uma geografia popular; uma geografia que pode ser solidária, social e capaz de, realmente, compreender o país em que vivemos.

No que se refere a sua classificação para os estudos do território brasileiro, de certa forma, a geografia popular se apresenta como uma alternativa de parte de uma geografia crítica. Sendo assim, ela pode ser vista como uma teoria crítica se adotarmos a definição de Santos, B. (2002b, p. 23) onde a teoria crítica define e avalia “a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado”; também poderá ser considerada como outra proposta de método de análise ou mesmo como parte do ensino de geografia; ou como uma proposta aplicável a organização espacial.

PODE A GEOGRAFIA POPULAR SER UMA EPISTEMOLOGIA DO SUL?

De acordo com a definição de Santos & Meneses (2010, p. 19) as epistemologias do sul são um “conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um dialogo horizontal entre conhecimentos”. A geografia popular em si não avança tão somente através das experiências de alguma parte sociedade ou povos tradicionais, ela é pensada dentro da universidade através da minha pesquisa de pós-doutoramento e na observação de alguns movimentos teóricos, históricos e atuais que, em diferentes contextos, contribuíram na transgressão de fronteiras internas. Além disso, a geografia popular é proposta por um geógrafo que reconhece a existência do sul, que sabe ir ao sul e que aprendeu a partir do sul (SANTOS; MENESES 2010), o que consiste no princípio básico das epistemologias do sul, pois é no sul onde se encontra a maior parte dos excluídos, dos injustiçados, dos homens opacos. Dentro dessa perspectiva é importante que as pesquisas da geografia popular não utilizem “uma metodologia herdada ou emprestada da metodologia utilizada nas pesquisas realizadas em países desenvolvidos” (SANTOS, M. 1991, p. 13), tendo em vista que essa atitude poderia promover equívocos sobre a análise da dinâmica no sul empobrecido do Brasil.

As Epistemologias do Sul estando no plural indica que elas são compostas por diversas epistemologias, algumas mapeadas pelo seu idealizador teórico, outras estão por florescer, e ainda há aquelas

que existem, porém não foram teorizadas. Para se ter uma ideia

En los últimos treinta años surgieron nuevos agentes, nuevos actores, nuevas luchas sociales y políticas, nuevas formas de agencia que no están debidamente teorizadas por una teoría crítica; los movimientos indígenas, los movimientos de mujeres, los movimientos de gays y lesbianas son ejemplos de esto (SANTOS, B. 2009, p. 19).

Dessa forma, é possível afirmar que elas estão presentes no cotidiano de diversas sociedades, mas que também estão ausentes ou encobertas por um norte que não é o geográfico, mas o imperial e colonial. Sendo assim, se realizei uma interpretação correta sobre o pensamento de Boaventura de Sousa Santos no que se refere as epistemologias do sul, penso que elas nascem de um ativismo que pode está sob qualquer forma originado no campo das lutas sociais e também encontrado num pensamento crítico do sul, isto é, dentro das universidades. Esse ativismo pretende provocar mudanças dentro de um sistema que está petrificado e que não acompanhou e ao mesmo tempo negligenciou as características, dinâmicas e carências da sociedade atual, pois adota metodologias arcaicas, rígidas e excludentes na administração do território e na relação com as sociedades.

Então, se de alguma forma as Epistemologias do Sul denunciam um estado de ausência, e supressão de povos, posso, nesse caso, partindo desse entendimento, que seja perfeitamente palpável que a geografia popular possa fazer parte deste grande caldeirão epistemológico e multicultural, visto que ela identifica através das

linhas abissais um panorama de desigualdade e exclusão no território, e mostra como os movimentos sociais podem desintegrar algumas dessas linhas; nessa reflexão a geografia popular denuncia e deseja tornar visível o sul metafórico do Brasil tomando os seus mapas internos como referência para uma formulação crítica.

Obviamente que esta proposta de análise, assim como a maioria das pesquisas atuais, parte de fontes, indícios já existentes; no Brasil é possível encontrar no século XX em alguns pesquisadores traços daquilo que hoje considero com uma geografia popular, podendo seus estudos ser entendidos como um dos estágios de todo o processo que compõe as epistemologias do sul. Fazendo uma compilação incipiente, apenas como ponto de partida e elencando autores com os quais realizo uma interlocução com a geografia em meus estudos, é possível afirmar que a geografia popular estava presente nas obras de Caio Prado Júnior (1907-1990) em “História Econômica do Brasil” nos desperta para o entendimento das características estruturais da sociedade brasileira, dos dilemas que herdamos do passado e dos possíveis caminhos de sua superação; Josué de Castro (1908-1973) com a “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” denunciou a fome e a miséria a partir de sua vivência no nordeste brasileiro e em outras partes do mundo; Celso Furtado (1920-2004) pensou num modelo de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro através da educação e industrialização; Darcy Ribeiro (1922-1997) dedicou-se a conhecer a origem do Brasil a partir dos povos indígenas e suas lutas para resistirem em suas terras. Este pequeno rol de nomes, que com certeza pode ser alargado com outros clássicos brasileiros em outras

áreas do conhecimento, demonstra que houve uma parte da intelectualidade brasileira que construiu um pensamento próprio fundado nas características sócio geográficas do país, e que de certa forma acusou a existência de linhas abissais no território.

No que se refere as lutas no território, se aplicarmos o conceito de geografia popular para entendermos os diversos levantes que tiveram no território hoje onde é o Brasil será possível verificar que todos eles foram motivados por um descontentamento com linhas abissais produzidas pelos colonizadores, na fase colonial, e por governos constituídos, pós emancipação política. Evidentemente que não irei revistar a história desses movimentos no sentido de aprofundar em seus ideais; a presença deles nessa reflexão é justificada como forma de identificar a existência de linhas abissais do passado para uma base histórica da geografia popular.

Dentre todas as revoltas que existiram sublinhei algumas como referências, entre elas as Nativistas: a Revolta de Beckman (1684, Maranhão) reivindicava melhorias na administração colonial; a Guerra dos Emboabas (1708-1709, Minas Gerais) aconteceu porque os bandeirantes paulistas queriam ter exclusividade na exploração do ouro recém-descoberto no Brasil; a Guerra dos Mascates (1710 – 1711, Pernambuco), a elevação de Recife à categoria de vila desagradou a aristocracia rural de Olinda, gerando um conflito; e a Revolta de Filipe dos Santos (1720, Vila Rica, Minas Gerais) representou a insatisfação dos donos de minas de ouro e **Vila Rica** com a cobrança do quinto e a instalação das Casas de Fundação. Nesta lista, com ideais separatistas, acrescenta-se a Inconfidência Mineira (1789), uma revolta dos mineiros contra

a exploração dos portugueses pretendia tornar **Minas Gerais** independente de Portugal; a **Conjuração Baiana (1798)**, um movimento ocorrido na **Bahia** pretendia separar o Brasil de Portugal e acabar com o trabalho escravo. E pós-emancipação de Portugal, a Guerra de Canudos (1896-1897) que mostrava a situação precária de vida da população, sem terra e obrigada a se sujeitar ao regime de trabalho imposto pelos coronéis; e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) de caráter separatista. Ao adaptar o conceito de linha abissal para este panorama de lutas é possível identificar a instalação do preconceito geográfico, pois, para quem reflete tendo o centro parâmetro de desenvolvimento, o conhecimento que emana das comunidades tradicionais e no interior dos movimentos sociais não é um “conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica” (SANTOS, B. 2010, p. 34). Todas essas lutas são lutas que ocorreram num sul metafórico do país, tendo em vista que dentro do mesmo país pode se encontrar as dicotomias entre metrópole e colônia, democracia e ditadura, e desenvolvimento econômico e espoliação da natureza.

Todavia, para a geografia popular essas lutas não são analisadas apenas pelo seu contexto político, social ou econômico, mas, entende-las como vetor para superar as linhas abissais do seu tempo. Outras lutas, com outras armas substituem as lutas do passado no território brasileiro. São lutas dos povos da floresta pela preservação das matas, contra exploração predatória comandada pelo capital e com a anuência ou por descuido do estado; no campo os

Sem-terra buscam pela reforma agrária; na cidade os Sem-Teto exigem que o direito a moradia seja implantado. Nos dias atuais a geografia popular tem como foco de observação a atuação dos movimentos sociais que são deflagrados por partidos políticos, organizações não-governamentais, ativistas, povos tradicionais ou por pessoas que não se enquadram em nenhuma classificação; a atuação desses movimentos, ao contrário do que se pensa, “não reside na recusa da política mas no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil” (SANTOS, B. 2013, p.217). E quando esses movimentos fluem pelo território urbano, rural ou florestal, eles rompem as linhas abissais fazendo com que os mapas oficiais sejam ignorados.

Portanto, ao entender que alguns teóricos brasileiros com suas denúncias sobre as precárias condições de vida do povo brasileiro; ao colocar as lutas nativistas como transgressões de linhas abissais; e ao reconhecer que os movimentos atuais exercem um papel importante na busca de uma cidadania são bases para análises da geografia popular, vejo que a geografia popular muito próxima das epistemologias do sul. Penso que assim como as epistemologias do sul, a geografia popular possa também ser várias geografias e ser aplicada em diversas análises, no entanto, para essa reflexão vou colocar o seu conceito para contrapor as linhas abissais das unidades federais do Brasil, que são os mapas estaduais, com rebatimentos nas cidades, pois, ao meu entendimento, são o exemplo de como a geografia oficial pode se tornar perversa.

É possível que a geografia popular não seja interpretada como uma epistemologia do sul se o sentido de

luta for a principal característica desse conceito. Todavia, a geografia popular se aproxima ideologicamente das Ecologias dos Saberes que se “assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam” (SANTOS, B. 2010, p. 60); a geografia popular tem o caráter de tentar ser uma geografia libertária no sentido de que deseja gerar uma geografia menos dependente de métodos e metodologias enrijecidos que não correspondem a sua classificação científica enquanto ciência humana. Enfim, é uma geografia popular é feita para acolher as aspirações dos oprimidos geograficamente, por serem estes os invisíveis das linhas abissais. Também pode ser compreendida com “o complexo de saberes e práticas envolvidos na dinâmica do território a partir dos fluxos de relações sociais que expressam as linhas radicais que tentam opacificar os saberes e lutas dos oprimidos pelo acesso à justiça e aos bens sociais”; assim definida oralmente por Zéu Palmeira Sobrinho³ ao ler minha proposta de conceituação da geografia popular.

A CARTOGRAFIA OFICIAL VISTA PELA GEOGRAFIA POPULAR

Diferentemente do que se é colocado como indissociável por algumas ciências e até mesmo pela geografia, não vejo o uso da cartografia como preponderante para uma análise crítica geográfica de um determinado espaço; o território e a sociedade sim, estes são imprescindíveis. É inegável que a cartografia tem uma grande contribuição a oferecer para uma pesquisa geográfica, aliás, dentro de suas várias definições controversas (técnica, ciência ou disciplina) a cartografia é vista como uma disciplina da área física dentro dos cursos de geografia; entretanto, penso que esse atrelamento quase indivisível que foi construído entre a geografia e a cartografia pressionou muitos geógrafos a serem chamados a serem especialistas em mapas mesmo que estes não tenham nenhuma habilidade com tais instrumentos.

Esta relação pode ser percebida tanto numa forma lúdica, por exemplo, numa decoração de uma sala de aula em escolas secundárias, quanto dentro de uma universidade; não por acaso que quando se fala em geografia se remete a pensar quase que automaticamente em mapas, e por outro lado, quando se pensa em mapas, globos terrestres ou cartas, a geografia é a ciência em que a sua associação com esses documentos/instrumentos é instantânea. Para Santos, B. (2002b, p. 187) “a geografia, que partilha com a cartografia o interesse pelo espaço e pelas relações espaciais, tem contribuído muito para o estudo das escalas, quer das escalas de análise quer das escalas de ação”.

³ Professor Doutor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-doutorando no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em 2015.

Mas, também é verdade que atualmente é possível verificar que outras áreas do saber tiveram uma grande aproximação com a cartografia, utilizando-a como aliada para estudos de alguns fenômenos sociais, econômicos e naturais; por isso que ao fazer-se o uso dos recursos da cartografia não significa necessariamente que está se realizando um trabalho geográfico.

Não se trata aqui de desprestigiar a técnica ou a ciência cartográfica, mesmo porque já a utilizei quando me dediquei a estudos de campo dentro da geografia física, elaborando mapas exclusivamente de elementos naturais da paisagem; porém, para a geografia popular uma cartografia tradicional não se aplica tendo em vista que

Há uma defasagem secular entre os fenômenos sobre os quais os geógrafos trabalham atualmente para explicar uma situação dada e os mapas que lhes são impostos. Ademais, os mapas obsoletos contribuem para dar um destaque exagerado aos fenômenos físicos e históricos, ainda que esses dados já não sirvam para explicar muita coisa (SANTOS, M. 1991, p. 48).

Acredito que a cartografia possa ser útil para a geografia popular, porém, através de novos métodos, outras propostas que sejam compatíveis com a dinâmica social, com características culturais do país, que não seja concebida como se fosse perene; pois, caso contrário, corre-se o risco de que os mapas produzidos por ela tenham que “inevitavelmente de distorcer a realidade” (SANTOS, B. 2002b, p. 186). Esse entendimento de Boaventura de Sousa Santos sobre a cartografia é pertinente a partir do momento em que se verifica que a cartografia, não raro, está a serviço de quem está

no comando político e econômico do país. Neste sentido, quando se coloca a geografia vinculada fortemente à cartografia, entendemos que ela, a geografia, “tantas vezes ao serviço da dominação, tem de ser urgentemente reformulada para ser o que sempre quis ser: uma ciência do homem” (SANTOS, M. 2004, p. 261); o que conseqüentemente exige-se que a geografia oficial seja devidamente questionada quanto a sua validade metodológica enquanto uma contribuição para a compreensão da atual dinamicidade que se encontra no território brasileiro. Sendo assim, quando a geografia popular coloca em questão a eficácia das cartografias tradicional e oficial como instrumento de organização o território, ela pode ser entendida como uma perspectiva curiosa, visto que ela está em

Busca de um ângulo diferente a partir do qual as proporções e as hierarquias estabelecidas pela perspectiva normal possam ser desestabilizadas, e, conseqüentemente, ver subvertida a sua pretensão de uma representação da realidade natural, ordenada e fiel” (SANTOS, B. 2002b, p. 233).

Para a geografia popular, além de levar em consideração a política, a economia, a sociedade e a natureza, o seu objetivo está na análise da metamorfose do território tendo como causa os movimentos advindos diretamente dos indignados e injustiçados ou em ações geradas a partir do Estado; estas últimas, mormente, geradoras de linhas abissais justamente porque o imperialista não admite a presença do outro a não ser na condição de subalterno, ou seja, uma “integração subordinada” (SANTOS, B. 2008, p. 280).

No entendimento de Boaventura de Sousa Santos o atual estágio de uma separação profunda entre os territórios que vivemos se origina em meados do século XVI, e que “o seu caráter abissal manifesta-se no elaborado trabalho cartográfico investido na sua definição, na extrema precisão exigida a cartógrafos, fabricantes de globos terrestres e pilotos, no policiamento vigilante e nas duras punições das violações” (SANTOS, B. 2010, p. 35). Portanto, esse tipo de aparelhamento técnico é visto pela geografia popular com a função de servir as cartografias oficiais que desenham as geografias oficiais, com a demarcação de territórios para a criação de países, estados, municípios, e até mesmo áreas de exceção.

É provável que Santos, B. (2010) tenha razão quando diz que vivemos atualmente numa “cartografia confusa”. Particularmente penso que isso se deve ao fato de que não conseguimos mais entender as relações entre os países, pois diferentemente de quando tínhamos guerras, sabíamos os motivos e porque existiam as alianças. Por exemplo, como explicar que um país conteste o regime político ou econômico do outro, mas que se configura no seu maior exportador de petróleo? Como o país que critica os direitos humanos pode estabelecer trocas de mercadorias com outro país que não oferece condições dignas aos seus trabalhadores, que submetem às mulheres severas humilhações morais e físicas? Como admitir que um país se relacione com o outro que impõe à sociedade um regime autoritário, corrupto? Como explicar a relação que um país tem com o outro onde o arsenal bélico é sua principal característica? Como estabelecer

diplomacia com países que adotam a pena de morte? Como explicar a política de blocos que retalham o mundo em profundas linhas abissais? Obviamente que há explicações, mas que, no entanto, não são vistas a olho nu, e por isso as respostas podem estar nos pontos cegos, que são aqueles que nem mesmo os radares mais potentes conseguem identificar; contudo, estão mapeados e cartografados nas mentes e em documentos secretos, também nomeados como importantes para a segurança nacional.

Porém, mesmo diante de uma cartografia confusa ou caótica é possível identificar, através de olhares críticos, que nestes pontos cegos podem estar o

Tráfico de escravos e trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais através do governo indireto, pilhagem dos recursos naturais, deslocação maciça de populações, guerras e tratados desiguais, diferentes formas de apartheid e assimilação forçada (SANTOS, B. 2010, p. 38).

No Brasil do outro lado da linha estão opacos o trabalho em regime de servidão, a prostituição e o trabalho infantil, o pagamento de salários abaixo do valor mínimo etc. Todos esses são elementos estão dentro de uma cartografia perversa utilizada oficialmente pelos governos de acordo com seus interesses, e camuflados para que não sejam visíveis pela grande massa da sociedade mundial. Feita dessa forma, a cartografia abissal se mostra tão presente quando no seu início, em meados do século XVI, visto que “o pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o

mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas” (SANTOS, B. 2010, p. 39). Logo, percebe-se que as cartografias oficiais estão sempre a serviço de um modelo administrativo defeituoso, pois o que está como pano de fundo é manter a relação metrópole versus colônia tal como nos primórdios do colonialismo. Por essas cartografias, a geografia popular não tem

interesse em se orientar, ao contrário, busca superá-las.

Em suma, a geografia popular se colocada em contraponto a geografia tradicional (Quadro 01), que tem ligações umbilicais históricas com as geografias oficiais, poderá ser resumida da seguinte forma:

Geografia tradicional	Geografia Popular
Dicotomia entre geografia física e geografia humana	Não dicotômica. Busca uma análise entre a natureza e o homem
Produz uma cartografia abissal	Pensa numa cartografia flexível e híbrida
Produz a geografias oficiais	Outras formas de geografia
Demarcações geodésicas	Demarcações culturais, necessárias ao bem-estar social
Produzida pelo poder público	Feita por movimentos sociais e intelectuais incômodos
Aplicação de linhas abissais	Desmanche das linhas abissais
Fragmentação do território	Reorganização do território
Adoção de fronteiras	Desobediência as fronteiras
Cartografia tradicional	Cartografia caótica, de transição ou cartografia das descartáveis
Capitalista ou hegemônica	Anti-capitalista ou contrahegemônica
Saberes tradicionais inspirados no positivismo, no direito estatal, na democracia representativa, contratualismo, individualismo, propriedade privada e produtivismo	Saberes do sul em construção e sob inspiração de humanização, do pluralismo jurídico, da democracia direta, da solidariedade, da propriedade coletiva, do em de uso comum e da conservação da natureza
Enrijecida	Criativa

Quadro 1- Comparativo entre a geografia tradicional e a geografia popular.
Elaboração: Zéu Palmeira Sobrinho & Sebastião Cerqueira-Neto (2015).

O país mudou, alguns direitos foram conquistados, e essa conquista é própria da história de todo o país. Quinhentos e quinze anos não podem justificar que o Brasil seja considerado um país tão novo para que a população não tenha o direito de exigir mudanças mais profundas e com mais celeridade, ainda mais onde a tecnologia pode contribuir com o processo de gestão do território. Podemos considerar como novos os países originários do esfacelamento da antiga União Soviética, outros países na Ásia, e alguns africanos. O Brasil sempre preferiu a adoção paliativos sociais, étnicos, do que optar por uma política sólida de construção de uma identidade; ademais, cada paliativo tende ainda mais fragmentar o território. Num país que supostamente reconhece a multiculturalidade como uma de suas marcas, os Ministérios da Cultura e da Educação deveriam ter um grau de relevância igual ou maior nas decisões do destino do país, assim como têm os Ministérios que são conduzidos pelas políticas econômicas ditadas pelo FMI, Banco Mundial e pelas agências classificadoras de riscos; e enquanto isso não acontecer será difícil pensar numa cartografia que respeite a diversidade cultural do país.

O INTELLECTUAL E O TERRITÓRIO

Nessa proposta de repensar as fronteiras internas do país surge o intelectual do território, que é aquele que vai se dedicar a construir pensamentos que questionem as linhas abissais, sejam as já estabelecidas ou as que estão por aparecer, tendo

sempre como ponto de partida os anseios dos excluídos e o território. Não vou restringir-me a nomear somente o geógrafo nesses estudos por entender que a geografia popular não pertence única e exclusivamente a geografia científica.

O papel do intelectual na geografia popular fundamenta-se basicamente em construir uma ponte entre os movimentos organizados e desorganizados que destituem as barreiras geográficas, produzindo outras concepções sobre a gestão do território a partir de análises de linhas abissais, haja vista que é nessa análise crítica, que “assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe” (SANTOS, B. 2002b, p. 23). Assim, formular um pensamento para uma geografia popular, nesse caso, é pensar num outro caminho onde os mapas não se configurem numa barreira para a convivência entre as sociedades do mesmo país; para tanto, considero fundamental duas questões: a primeira está na postura que o intelectual deve assumir perante esse debate sobre as linhas abissais, e a segunda é a capacidade que o geógrafo deve ter de se desprender de conceitos duros de uma geografia que não se comunica, e não consegue acompanhar os movimentos pelo território.

A primeira questão que se coloca é quanto ao pesquisador que se dedica a estudar as relações homem/natureza/território poderá trabalhar com a ideia de geografia do sul; nesse sentido é muito importante a contribuição de Boaventura de Sousa Santos, que provoca sobre a postura de neutralidade que ainda permeia boa parte dos teóricos atuais.

Para que o intelectual, sobretudo, aquele que se dedica ao estudo do território, participe de uma geografia do sul é necessário que ela se coloque efetivamente do lado da sociedade que deseja e produz o desmanche das fronteiras internas do país, sendo dessa forma porta-voz e um tradutor dessa geografia, bem como um proponente de uma nova configuração espacial. É altamente compreensível que alguns não queiram optar por um lado, haja vista que isso não faz parte da universidade tradicional que por vezes se encontra congelada em seus dogmas.

Ao refletir sobre a construção de uma teoria crítica Boaventura de Sousa Santos discorre sobre o desconforto que alguns pesquisadores sentem quando são levados a responder de que lados estão. Segundo Santos, B. (2002b, p. 25) “para alguns é uma pergunta ilegítima, para outros, uma pergunta irrelevante e para outros ainda uma pergunta irrespon-dível”; esta postura parece indicar que a dualidade entre pensar e sentir ainda não foi totalmente dissolvida nas universidades. A neutralidade é uma atitude contraproducente para o intelectual que deseja, através de suas teorias, colaborar com mudanças substanciais no processo da geografia popular.

A segunda questão se encontra na própria geografia enquanto disciplina ou ciência, tendo em vista que ela

Conta entre suas fraquezas o fato de não ter um objeto claramente definido e a pobreza teórica e epistemológica sobre a qual repousa sua prática. A inexistência de um sistema de referências mais sólido, de resto, explica o papel de relevo que essa disciplina desempenhou na reorganização não

igualitária do espaço e da sociedade, tanto ao nível mundial como no local (SANTOS, M. 1988, p. 08).

Há, então, uma indicação de que a geografia necessita se reinventar tanto perante as ciências quanto perante a sociedade, o que implica em fazer a geografia com outros métodos, com outros caminhos de análise, onde “o novo saber dos espaços deve ter a tarefa essencial de denunciar todas as mistificações que as ciências do espaço puderam criar e difundir (SANTOS, M. 2004, p. 263). Ao utilizar a palavra denúncia, Milton Santos mostra uma indicação o quanto que a geografia oficial, também gerada dentro dos campus, acabou por afastar a geografia da sociedade. Ora, a composição mineralógica de um granito não interessa ao indígena, interessa ao capital; para o indígena o granito é parte da sua natureza. Da mesma forma que não interessa a um quilombola a concepção teórica de espaço vivido, pois ele sabe viver o seu lugar; tudo isso é uma preocupação acadêmica. Para Santos, M. (2004, p. 266) “o espaço está chamado a desempenhar um papel determinante na escravidão ou na liberação do homem”, e é na liberação do território que a geografia popular tem um papel fundamental no desmanche de parte das linhas abissais existentes Brasil.

Há uma geografia que está *outsider* da geografia formal acadêmica, que é a geografia do movimento, feita antes de chegar às universidades; Josué de Castro (1994) dizia que “não foi na Sorbonne ou em qualquer outra universidade que conheci o fenômeno da fome, ela se revelou para mim nos bairros de Recife”. Talvez nós, os geógrafos, necessitemos

retornar nessa geografia de Josué de Castro, uma geografia sem as redomas metodológicas impostas pela academia. E isso não pode ser entendido como um menosprezo do conhecimento científico por parte da geografia, mas tentar ampliar os horizontes para outras metodologias de análises que contemplem a principal característica da geografia, ou seja, o movimento; ademais, “a geografia ‘viúva do espaço’ não é a ciência espacial que deveria ser. [...] tal como ela é hoje, ajuda a desenvolver e a manter um saber ideológico” (SANTOS, M. 2004, p. 263), e decerto que uma geografia envelhecida não consegue acompanhar o dinamismo de novos vetores que nos fornecem outras geografias. Contudo, para se chegar a elaboração desse entendimento será preciso que o pesquisador mergulhe no conceito de sul metafórico, que significa um “campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19); e essa é uma tarefa da qual a universidade não pode se furtar de oferecer propostas.

Uma das principais características do pesquisador da geografia popular se encontra na consciência de que pensar criticamente não é domínio de nenhuma área científica; na verdade o intelectual adquire com seus estudos uma capacidade de realizar “o encontro do concreto com o abstrato, da doutrina com o empírico com a vantagem de não prejudicar a evolução da ciência [...] sem que sinta a necessidade de impor princípios” (SANTOS, M. 1991, p. 28); assim, ele se torna um mediador, de preferência entre a universidade e o povo, e ciente de que o pensamento crítico pode

ser encontrado nos diversos setores da sociedade, inclusive na camada social excluída economicamente. Por exemplo, a maioria dos sem-moradia urbana, com baixo nível de escolaridade, conhecem e entendem sobre o Estatuto da Cidade (denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001) e fazem dele uma de suas armas na luta pela moradia, justamente porque são dotados de criticidade; uma criticidade que não foi construída sob pensamentos clássicos, mas adquirida no cotidiano da geografia em que vivem, e nesse ponto a geografia popular deve tentar se aproximar dessa crítica das ruas para perceber e identificar linhas abissais que estão postas no território.

É fundamental que a geografia popular seja feita, nesse caso, dentro de um pensamento original, desapegar de formulações estrangeiras a nossa realidade, pois a adoção perene de referenciais europeus e norte-americanos têm sido

Limitadores na elaboração dos pensamentos brasileiro e latino-americano e em nossa própria visão de nós mesmos e do continente. É como se todos quiséssemos ser europeus e agora um pouco mais, porque também queremos ser norte-americanos. Até mesmo a elegância no dizer é copiada (SANTOS, M. 2002, p. 51).

E aí se encontra outra luta, pois não basta apenas que o intelectual incorpore essa postura nas suas pesquisas, mas que também a academia com suas bancas de julgamento de dissertações e teses, bem como as agências de fomento de pesquisas também percebam a necessidade de pensar o Brasil a partir do Brasil. Porém, tudo isso passa diretamente por uma

revalorização dos “estudos humanísticos. Mas esta revalorização não ocorrerá sem que as humanidades sejam, elas também, profundamente transformadas” (SANTOS, B. 2010b, p. 44). Afinal, se uma pesquisa em Ciências Humanas não servir diretamente numa aplicabilidade prática, concreta, por outro lado, ela tem um papel fundamental na fomentação da criticidade de um país. Se a elaboração do pensamento crítico pode ser mais lenta do que a resposta de um equipamento tecnológico e pouco contribui para o capital, entretanto, ela se mostra imprescindível na compreensão da dinâmica dos lugares; não sendo rara a adoção de ideologias produzidas nas Ciências Humanas e Sociais como norteadoras de programas políticos nos mais diversos países do mundo, inclusive no Brasil.

Por mais redundante que possa parecer dizer que uma ciência humana deva ter uma estreita relação com a sociedade, algumas variantes aparecem como empecilhos para que essa relação não seja natural. O receio de se tornar popular fora do que se estabeleceu como parâmetros daquilo que se define como ciência faz com que alguns intelectuais procurem uma posição mais cômoda para não serem taxados de ativistas. Por outro lado, o intelectual considerado extremamente recluso em seu gabinete será visto como ausente das lutas sociais. Mas, essa visão dicotômica é superada imediatamente pelo intelectual que se nega a realizar essa diferenciação em seus estudos; e para a geografia popular os dois são importantes desde que haja neles sensibilidade com as questões dos desfavorecidos e o território. A intelectualidade tem que encontrar um meio que a aproxime da sociedade, pois pode correr

o risco de que um dia a própria sociedade se rebele contra a universidade e comece a questionar o porquê da sua existência, bancada pelos impostos que o povo paga.

Os mapas estão de tal forma impregnados na administração pública que as vezes parece que não há outro caminho que não seja a divisão do território a melhor forma para se administrar um país, um estado ou uma cidade. O principal questionamento posto pela geografia popular é: porque não pensar numa nova via para organizar o território? O modelo que temos satisfaz a quem? Não há dúvidas de que a configuração cartográfica do Brasil que está em vigência tem uma função de ordenamento, o que é importante para a administração pública; entretanto, ela deve ser repensada, sobretudo, porque no fim do século passado e no início desse assistimos a chegada de outros vetores, outros comportamentos sociais, outras necessidades das comunidades tradicionais, que exigem um outro tratamento quanto ao uso e gestão do território brasileiro. O território no seu sentido físico estará sempre no mesmo lugar, com suas características geológicas e geomorfológicas, a não ser que haja uma grande perturbação de causas naturais. Porém, diferentemente do território físico, o território imaginário e as pessoas estão em constante mutação apresentando novas exigências para continuar existindo.

O poder público implanta no território sistemas administrativos como se estes fossem acompanhar o tempo geológico na sua perenidade. Ou será que imaginável que daqui a cem anos, que no tempo geológico não significa nada, esse modelo de pensar e administrar o território ainda será o mesmo, que a sociedade

será a mesma? Certamente que não. Fazer algo pelas futuras gerações é, entre outras coisas, construir propostas que mostrem o território como um palco e o céu como uma grande lona de circo, onde estão todos sem repartições.

Por último, considero que para além da sociologia e da geografia, Boaventura de Sousa Santos é, e Milton Santos foi, intelectuais do território; são exemplos de como as ideias acadêmicas podem e devem estar conectadas com o povo, com as comunidades tradicionais e movimentos sociais; o que corrobora com a ideia de que Para “a universidade pública deve ter uma relação quase orgânica com a defesa e a preservação do conhecimento e experiência dos nossos povos indígenas, no ato de conseguir um multiculturalismo que seja mais eficiente” (SANTOS, B. 2009, p. 57). A popularização de seus pensamentos criou uma identificação com os excluídos do desenvolvimento econômico, tendo suas ideias abraçadas por movimentos sociais de várias vertentes; Milton Santos tem seu nome em assentamentos de sem-terra, e Boaventura é responsável pelo projeto da UPMS – Universidade Popular dos Movimentos Sociais, que é todo o desencadeamento das epistemologias do sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia popular possibilita fazer uma conexão entre a dinâmica dos movimentos sociais que transgridem as imposições cartográficas das geografias oficiais e que de certa forma mostram que os mapas existentes no Brasil não servem mais

como ordenamento territorial, justamente porque os movimentos sociais propõem uma desordem cartográfica. Essa desordem cartográfica deve ter uma atenção especial por parte da academia dentro do ensino da geografia em qualquer área do conhecimento que se coloque o território como um ator ou como o palco das manifestações sociais, econômicas, culturais etc. Penso que essa desordem, que ainda está sendo gestada, pois ela ainda tem uma força que não foi totalmente utilizada, traz consigo uma bandeira de luta pela conscientização do sentido de pertencimento, que precisa ser ampliado para sociedade brasileira em sua totalidade em relação ao território nacional. Todavia, essa conscientização não tem apenas o sentido de afetividade pela terra em que nasceu, mas também pensar que a violência contra a mulher, que o desmatamento, que o crime organizado, a precariedade da justiça, a pobreza e a miséria, a dizimação de indígenas, a corrupção, as péssimas condições escolares e hospitalares, o analfabetismo, tal como o petróleo do pré-sal e outras riquezas minerais, não devem ser índices ou percentagens de algum estado; são sobretudo questões do território brasileiro.

Evidentemente que esta análise tem um forte componente geográfico no seu sentido lato, no entanto, não me rotulo como geógrafo da geografia física ou humana, ademais, “as subdivisões da disciplina, como a que separa a geografia física da geografia humana, ou a geografia geral da geografia regional, às vezes conduzem a deixar em segundo plano o seu caráter globalizante e totalizador” (SANTOS, M. 2002, p. 30). Por isso, creio que a geografia não pode ser analisada meramente através de fragmentos do território de forma

isolada. Se eu me enveredasse pela dicotomia entre geografia física e humana, provavelmente não seria capaz de propor uma geografia popular; daí a junção do uso do mapa físico, do território como espaço físico, não somente imaginário, e da análise crítica da política, da fragmentação do território através das dinâmicas sociais.

Numa palestra na Universidade Autônoma da Cidade do México, em 2013, Boaventura de Sousa Santos disse que deveríamos “transformar nossas teóricas críticas em práticas políticas através ou a partir da última onda de movimentos de protestos em várias partes do mundo”; e, é nesse contexto, tendo a percepção de que “o mundo mudou, e complicaram-se os instrumentos elaborados para a sua compreensão” (SANTOS, 1991, p. 60), é que vejo a geografia popular como contribuição no que se refere ao tratamento do território brasileiro que por sua vez é parte do território do mundo. A geografia popular é apenas o primeiro passo para a estruturação de pesquisas sobre a fragmentação do território brasileiro que utiliza como viés as linhas abissais e a nova geografia, e que servem como provocações e contraponto da cartografia e da geografia oficial instaladas atualmente no Brasil.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Tradução: José Braga Costa. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2006.

JOSUÉ DE CASTRO: cidadão do mundo. **Documentário sobre Josué de Castro: cidadão do mundo**. Direção de Silvio Tendler. Produtora UERJ VÍDEO, em VHS, 1994. <https://www.youtube.com/watch?v=fQrwW1sjHyI>. Acessado em: 30 out. 2013.

RODA VIVA. **Entrevista com Milton Santos**. TV Cultura. 1997. 1 DVD (85 min).

SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. Coimbra/Portugal. Edições Almedina, 2013.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 2010b.

SANTOS, Boaventura de. **Pensar el estado y la sociedad: desafíos actuales**. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009.

SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de. “Poderá o direito ser emancipatório?”
Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 65, p. 3-76, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:**
contra o desperdício da experiência. 2. ed. Porto/Portugal. Edições
Afrontamento, 2002b.

SANTOS, Boaventura de. **Introdução a uma ciência pós-moderna.**
Rio de Janeiro. Graal, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e
emoção. – 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,
2006. (Coleção Milton Santos, 1).

Santos, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica a geografia a uma
geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a
cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa
Ribeiro; ensaios de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo:
Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** 3. ed.
São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo:
Hucitec, 1988.